OPHÉLIA AMORIM E AS LIGAS CAMPONESAS NA PARAÍBA: AS MILITANTES DE ESQUERDA CONTRA-ATACAM

Juliana Ferreira Alves[1]

INTRODUÇÃO

Nos finais dos anos de 1950 para o início da década 60, o Brasil estava vivenciando diversas manifestações populares no campo e na cidade, as reivindicações variavam entre reforma agrária, direitos trabalhistas, melhores condições de trabalho, renovação no sistema universitário e tantos outros problemas que preocupavam o povo brasileiro.

Porém, era no Nordeste onde essas manifestações intensificavam-se, sobretudo no que diz respeito a má distribuição de terra e a péssima condições de trabalho vivido pelo homem do campo que estava sobre o julgo do cambão, uma espécie de trabalho gratuito prestado aos proprietários das terras onde eles moravam.

Foi nessa conjuntura política e social que surge a Liga Camponesa na Paraíba, a primeira na cidade de Sapé liderada por João Pedro Teixeira que tinha como finalidade organizar os camponeses para lutarem contra os desmandos dos latifundiários e por direitos trabalhistas até então inexistente, a classe trabalhadora na zona rural. Embora esses conflitos implicaram-se em um confronto com os proprietários de terras, resultando assim em muito derramamento de sangue de ambos os lados, principalmente do lado dos camponeses; como foi o caso do assassinato de João Pedro Teixeira líder da Liga Camponesa de Sapé pelo grupo da Várzea em 1962. Após a sua morte competiu a sua viúva Elizabeth Teixeira da continuidade ao seu trabalho na liderança da Liga de Sapé.

Entretanto, devemos enfatizar que Elizabeth Teixeira não foi a única mulher que participou da Liga, havia outras mulheres assim como ela que também lutaram contra os abusos dos latifundiários. E com o golpe militar no Brasil em 1964 essas lutas se estenderam também para o novo sistema vigente – a ditadura civil-militar.

Deste modo a força feminina presente no interior dos movimentos sociais e políticos fizeram delas militantes de esquerda capazes de derrubarem cercas para combater a opressão da aristocracia agrária, pegar em armas para lutarem contra o autoritarismo de um regime antidemocrático e desse modo simultaneamente romper com o papel social de gênero imposto a elas por uma sociedade culturalmente patriarcal.

Mulheres como Ophélia Amorim, advogada cuja a trajetória é marcada não apenas pelo golpe militar em 1964 quando foi presa, como também pela resistência que desempenhou frente aos proprietários de terra e o governo ditatorial em prol da defesa dos direitos trabalhistas do homem do campo. Vinda de uma classe média e recém forma em direito Ophélia não se intimidou pela pouca idade que tinha na época apenas 23 anos quando se engajou nos movimentos de esquerda.

ADVOGADA OPHÉLIA AMORIM E SEU ENVOLVIMENTO COM AS LIGAS CAMPONESAS NA PARAÍBA

A Liga Camponesa de Sapé assim como as demais Ligas na Paraíba originaram-se a princípio como uma maneira de conscientizar a população rural sobre a precariedade das condições de trabalho que estavam submetidos, além de incentiva os camponeses reivindicarem pelos seus direitos trabalhistas até então violados pelos proprietários de terras. Para Bernardete Aued (1986, p. 32) o surgimento das Ligas Camponesas ao invés de

[1] Graduada em licenciatura plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Atualmente lecionando na Educação Básica na rede pública no estado da Paraíba.

sindicatos rurais pode ser explicado como forma de burlar a burocracia já presente nos sindicatos urbano e também nas diversas restrições direcionada ao sindicalismo rural. Embora autora nos adverte da existência desde de 1944 de um decreto-lei nº 7.038/44 que autorizava direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais, bem como o direito de se organizarem em sindicato. Mas segundo ela quase nada havia neste sentido.

As Ligas Camponesas começaram também a oferecer assistência jurídica aos camponeses, apesar de não ter muitos advogados naquele período dispostos a defender os interesses dos trabalhadores rurais.

Foi neste contexto social que a figura de Ophélia Amorim veio a se destacar como defensora dos camponeses resguardando juridicamente seus interesses. Inicialmente o seu primeiro contato com o movimento foi em virtude da sua amizade com Assis Lemos e Leonardo Leal que já viam atuando dentro do movimento do campesinato paraibano, este último, serviu de intermediário entre ela e a Liga de Sapé. Dentro da Liga, Ophélia pôde ter um quadro geral e aprofundado sobre as reais situações dos conflitos envolvendo camponeses e latifundiários. E quais medidas institucionais poderiam ser tomadas em defesa do trabalhador rural.

A indisposição entre esses dois grupos tão heterogênico pode estar vinculado na perspectiva de Bernardete Aued (1986, p. 44) ao aumento da produção da cana-de-açúcar principal produto da região de Sapé segundo os estudos de Carneiro tomado como referência por ela. Esse crescimento produtivo teria desencadeado uma nova forma de ocupação da terra e consequentemente a desarticulação das antigas relações sociais.

De acordo com Azevêdo (1982, p.47) desde a década de 1940 com a valorização do açúcar no mercado internacional, principalmente após o final da Segunda Guerra Mundial, impulsionou os proprietários a ampliar as áreas de cultivo da cana-de-açúcar para aumentar a produção. Para isso era necessário desapropriar os terrenos que estavam ocupados pelos moradores e foreiros rompendo assim com o pacto paternalistas de reciprocidade que os uniam.

A quebra desse pacto implicaria em uma série de desvantagens para os camponeses que iriam desde "à proibição pura e simples do sítio ou roçado e da criação de animais até ao aumento constante do foro e as pressões diretas e violentas, como a destruição das lavouras brancas pelos capangas dos engenhos e usinas" (AZEVÊDO, 1982, p. 51)

A expropriação forçada e sem indenizações pelos serviços prestados no terreno onde moravam levou os camponeses a procurar a justiça por intermédio das Ligas. Foi nesse ambiente tenso que Ophélia Amorim aparece enquanto advogada que teria de procurar brechas dentro do Código Civil que pudesse amparar legalmente tais camponeses impedimento dessa forma a sua expulsão. – ela relata isso em um dos depoimentos em que fala sobre sua experiência de ter advogado para Ligas e como se dava esse processo.

> "como seria o trabalho de um advogado num processo de luta tipicamente dentro da contradição capital e trabalho, com o Código Civil que protegia a propriedade como direito absoluto? Como nós faríamos isso? E como trabalharíamos também, diante das agressões que os camponeses e aqueles que se dedicavam ao trabalho, junto a eles, sofriam diariamente? [...]. Dizem que a lei sempre tem brechas [...]. E uma dessas brechas era exatamente a questão da posse, que no nosso Direito, como era no Código Civil anterior, de 1916, e é no atual, a posse é mais importante até do que a propriedade, e ela independe de documentos". (Depoimento de Ophélia Amorim no Seminário Memórias Camponesas apud TARGINO; MOREIRA; MENESES, 2011, p. 99).

Portanto a expulsão dos camponeses era arbitrária, embora a propriedade não pertencesse a eles legalmente, o fato estarem morando nelas há muitos anos daria a eles certos direitos, como ser indenizados em casos como este. Principalmente se o terreno obteve

algumas benfeitorias por parte do morador como o plantio de arvores frutíferas ou até mesmo de um roçado.

Mas o trabalho de Ophélia não restringia apenas a defesa do direito a posse da terra, mas também os direitos trabalhistas que eram negligenciados pelos latifundiários. Conforme ela ressalta,

> "Além dessa atuação, nós começamos a também defender os direitos trabalhistas. Até então, [...] os camponeses não tinham o menor direito, mesmo quando ele era empregado [...], ou seja, ele não tinha jornada de trabalho, ele não tinha férias não tinha aviso prévio. Naquela época ainda não tinha sido votado o 13º, que foi uma grande conquista do trabalhador brasileiro, mas durante o governo de João Goulart. Então, nós também começamos a atuar na Justiça do Trabalho. [...] Então, quando entrou a primeira reclamação contra um senhor de engenho, de Areia, ele [...] deu a decisão favorável ao camponês. Quer dizer, pela primeira vez havia sido questionada a relação de trabalho sem os direitos assegurados ao trabalhador." (Depoimento de Ophélia Amorim no Seminário Memórias Camponesas apud TARGINO; MOREIRA; MENESES, 2011, p. 99)

A partir da fala de Ophélia podemos ter um panorama da realidade vivenciada pelo camponês entorno da questão trabalhistas. Uma vez que tal acordo se dava através da palavra e não em um contrato escrito sendo assim fácil de ser rompido pelo donos da terra deixando os camponeses a mercê da própria sorte. A estratégia de Ophélia de procurar dispositivos legais no Código Civil foi uma manobra de assegurar os direitos dos camponeses e também barrar os excessos arbitrários dos latifundiários.

Os abusos cometidos por estes ultrapassavam os limites da condescendência – se é que era possível de tolerar tantos atos de violência, seja ela física ou psicológica – as agressões iria desde de ameaças, lavouras destruídas, até casas derrubadas e espancamento dos camponeses a mando dos latifundiários.

Essas agressões físicas sofridas pelos trabalhadores rurais fizeram com que Ophélia Amorim também atua-se na área criminal. A assistência jurídica nesse caso era um pouco mais complicada em virtude dos diversos procedimentos constitucionais que deveriam ser realizados. Para Ophélia Amorim prosseguimento se dava na seguinte maneira:

> "Agora, além desse trabalho, também na área trabalhista, havia a parte criminal. É lógico que nós estávamos, ali, na defesa dos que fossem agredidos, dos que fossem espancados e a questão era um pouco mais complicada, porque essa primeira fase do processo criminal se dá nas delegacias de polícia e naquele tempo, na Paraíba, só havia delegacia de polícia nas grandes cidades, na maioria era comissariado de polícia, e esses comissariados estavam nas mãos de cabo da polícia, no máximo de sargento, quer dizer, de pessoas que achavam que tinham o poder de vida e de morte sobre os camponeses". (Depoimento de Ophélia Amorim no Seminário Memórias Camponesas apud TARGINO; MOREIRA; MENESES, 2011, p. 100)

Deste modo, entrar na justiça contra os proprietários de terra sejam quais forem os motivos, significaria confrontar um sistema agrário cujo o poder estava alicerçado na posse da terra. Por essa razão, muitos juízes ficavam receosos e resistente a dar seguimento aos processos, alguns até chegava arquiva-lo. Já outros, encorajados por um senso de justiça ou por imparcialidade diante da lei davam sentenças favoráveis aos trabalhadores rurais quando constatado a sua exploração pelo latifundiário.

Segundo Ophélia Amorim:

> "[...] encontramos juízes do trabalho totalmente ao nosso lado e prontos a levar a diante a reclamatória, ao contrário, muitas vezes juízes da comarca, ou seja, juízes da justiça Estadual que arquivava os processos em que iriam se contestar o latifúndio. Então tudo isso começou a mudar o panorama da Paraíba trazendo

> consequências, como a violência no latifúndio". (Depoimento de Ophélia Amorim na Comissão da Verdade da PB em 15/07/2013 apud CARVALHO, 2014)

Afrânio Garcia e Moacir Palmeira (2001, p 62) ressaltam que essas brutalidades pode ser compreendida na fala do deputado Francisco Julião quando estes nos chama atenção para a violência contra aqueles que iniciava uma questão na justiça ou quando era simples testemunha, isso acontecia logo após a primeira audiência. Pois os senhores dos engenhos e das usinas se sentiam afrontados visto que seus depoimentos tinham o mesmo valor que a dos seus adversários.

Para Antônio Torres Montenegro (2008, p.25-26), as classes dominantes quase sempre contaram com o apoio da Igreja Católica para controlar os movimentos sociais rurais. No início a igreja adotou um discurso tradicionalista enxergando as Ligas Camponesas como um avanço comunista e portanto uma ameaça que deveria ser combatido para proteger a hegemonia católica.

Conforme Ophélia Amorim nos relata, os discursos dos padres acabavam amedrontando os camponeses a não se associarem as Ligas por considerar um movimento perigoso para os fiéis cristão.

> "[...] os padres [...] ameaçavam os camponeses de expulsão... não permitiam que eles batizassem seus filhos, e diziam que quem tivesse a carteira da Liga (que era a coisa mais importante pro camponês quando ele se associava, era ter sua carteirinha no bolso que ele levava para todo canto). Os padres diziam quem tiver carteira da Liga não batiza os filhos, não casa e vai ser excomungado e quando morrer vai pra o inferno". (Depoimento de Ophélia Amorim na Comissão da Verdade da PB em 15/07/2013 apud CARVALHO, 2014)

Tais sermões, tornavam-se mais rigorosos quanto referiam-se a presença feminina nos movimentos, pois as mulheres abandonava o lugar de passividade imposto a elas por uma sociedade machista para exercerem um papel importante nas Ligas como nos demais movimentos de esquerda da época. A recusa de se enquadrar em um modelo preestabelecido de gênero fez com que elas fossem repudiadas pela Igreja Católica. Segundo Ophélia,

> "a igreja assim como a sociedade em geral, afirmavam que ao ingressarem nas Ligas, estupravam-se as mulheres, não existia a liberdade sexual e, portanto nós moças que entrássemos nas Ligas a primeira coisa que ia acontecer era perder a virgindade." (Depoimento de Ophélia Amorim apud CARVALHO, 2014)

Percebe-se então, que a sexualidade das mulheres eram constantemente utilizada como manobra política para o enfraquecimento de sua imagem, sobretudo no sentido de denegri-la. O uso de vários termos pejorativos como: "puta comunista", "mulher macho", "desquitada", "subversiva" entre tantos outros foram empregados para desqualifica-las enquanto sujeito político se acentuando ainda mais após o golpe militar em 1964. Apesar das pregações moralistas da Igreja e da sociedade patriarcal direcionadas as mulheres de esquerda, além dos seus olhares de reprovação aos movimentos sociais no campo. Também havia setores da Igreja principalmente da baixa hierarquia onde os padres eram solidário com as Ligas Camponesas em virtude do contato direto que eles tinham com os trabalhadores rurais e portanto mais próximo da realidade vivenciada por eles.

Foi nessa circunstância, que foi criado em 1962 por um grupo de universitários ligados a Juventude Universitária Católica a Campanha de Educação Popular(CEPLAR) cuja a finalidade era alfabetizarem jovens e adultos especialmente nas áreas rurais onde os índices de analfabetismo eram bastante elevados. De acordo com Xavier (2010 p. 112-113) fundamentado na fala de Assis Lemos, as Ligas Camponesas teria aproveitado o surgimento

da CEPLAR para alfabetizarem os camponeses visto que a falta de instrução o impediam-nos de votarem.

Como no Brasil os analfabetos não tinham direito ao voto, instruir essas pessoas era uma maneira de dar vez e voz na vida política. Conforme Assis Lemos ressalta quando fala sobre os procedimentos que eram adotados pelas Ligas para a efetivação do ensino no campo:

> "O pessoal da CEPLAR ia até as sedes das Ligas para realizar o treinamento das futuras professoras. Os camponeses se encarregavam de construir, nas fazendas, barracões rústicos que serviriam de escola. A noite, após o dia de trabalho, assistiam às aulas, tendo como professoras suas próprias filhas. Esperava-se, em um ano, alfabetizar 80% dos camponeses filiados às Ligas. Os camponeses, por serem analfabetos, nem na época das eleições eram considerados. Pelo contrário, eram chamados de 'cobra d'água', ou seja, não tinham o 'veneno'" (LEMOS apud XAVIER, 2010, p, 113).

Podemos aqui observar que a presença feminina vai ser um traço marcante no propósito de alfabetização dos camponeses, uma vez que sua atuação não se restringirá apenas a ensina-los a ler e escrever, mas também mostra-los a importância do seu papel político e social dentro movimento do campesinato paraibano e perante toda sociedade brasileira através do exercício da cidadania que é o ato de votar e reivindicar por seus direitos.

Novamente a figura de Ophélia Amorim irá sobressair-se, dessa vez como integrante da CEPLAR-CG ficando responsável de ensinar as camponesas a lecionarem para os trabalhadores rurais. Segundo Assis Lemos, "Essas companheiras, como a Isa Guerra, a Ofélia e tantas outras, passaram a treinar, a ensinar as filhas dos camponeses, para que elas, à noite, nas fazendas, pudessem alfabetizar os seus pais "(Relato de Assis Lemos no Seminário Memórias Camponesas apud TARGINO; MOREIRA; MENESES, 2011, p. 112).

A atuação de Ophélia também irá se estender no comando da Liga Camponesa de Campina Grande, onde discursava para os camponeses com o intuito conscientiza-lo da explorações trabalhista que estavam submetidos.

Por essa razão, quando ocorreu o golpe militar em 1964 um das medidas tomadas pelo o novo governo foi a dissolução das Ligas Camponesas e a perseguição dos seus líderes. Na Paraíba, a Liga de Sapé assim como as demais espalhadas pelo estado foram sendo desfeitas. E o fato de Ophélia ter tido uma ligação direta com as Ligas paraibana desempenhando múltiplas funções no interior do movimento que vai desde área jurídica, passando pela a oratória no qual discursava para os camponeses até a liderança da Liga Camponesa de Campina Grande fizeram com que ela se torna-se alvo dos militares – sendo considerada por eles uma mulher subversiva e portanto uma ameaça ao estado. Na época ela chegou a ser presa e responder por cinco Inquérito Policial militar -IPMs.

OPHÉLIA ENQUANTO MILITANTE DE ESQUERDA

Quando falamos sobre a ditadura militar no Brasil, estamos nos referindo mais do que um governo antidemocrático, mas também de vidas que foram golpeadas por resistir a opressão de um regime cujo o autoritarismo ditava as regras.

Foi nesse ambiente de intolerância que a presença feminina foi se destacando, rotuladas como militantes de esquerda por atuarem contra o novo sistema político, além de participarem de movimento sociais que reivindicava por direitos trabalhistas. Essas mulheres também violavam segundo a historiadora Susel Oliveira Rosa (2015), as normas vigente sobre a questão de gênero imposta a elas. Ainda conforme a autora,

> "[...] para a ditadura, as mulheres militantes encarnavam um papel duplamente transgressor: transgrediam enquanto agentes políticos ao se insurgirem contra a

> ditadura e transgrediam ao romper com os padrões tradicionais de gênero ao ocupar o espaço público e a arena política" (COLLING, 1999; FERREIRA, 1996; ROSA, 2013; RAGO, 2013; TEGA, 2010 apud ROSA 2015).

Essa visão preconceituosa e patriarcal sobre as militantes fizeram com que elas tivessem um tratamento diferenciado pelo regime militar onde a sua sexualidade de antemão eram colocada como subterfúgio para a violação dos seus corpos – Quando presas essas mulheres sofriam diversos tipos violências como: "Torturar através de estupro, mutilação, humilhação, insultos e ameaças sexuais foram técnicas sistematicamente utilizadas contra as mulheres, desde o momento da prisão até a sala de torturas" (ROSA, 2015, p.312). Para Dom Paulo Evaristo Arns "Por serem do sexo masculino, os torturadores fizeram da sexualidade feminina objeto especiais de suas taras" (Arns; 1958/43). Já Elizabeth Fernandes Xavier Ferreira fundamentada na fala de uma ex-militante comenta que todas as torturas físicas sempre vinham acompanhadas de torturas psicológicas. Dessa forma, todas as mulheres que foram presas passaram por algum tipo de tortura, se não física pelo menos psicologicamente (FERREIRA, 1996 apud OLIVEIRA).

No caso de Ophélia Amorim, ela mencionar que o tempo que permaneceu presa na cadeia não chegou a sofrer nenhum tipo de tortura. Segundo Ophélia,

> "[...] fiquei presa, depois fui pro Agrupamento de Engenharia onde encontrei Elizabeth Teixeira a viúva de João Pedro, ficamos presas na mesma cela. Depois Elizabeth foi solta e ai eu fui transferida para Campina Grande pro 7º Agrupamento de Engenharia onde morava minha família e eu naquela época era a única mulher que ainda estava presa". (Depoimento de Ophélia Amorim na Comissão da Verdade em 15/07/2013 apud CARVALHO).

Embora a advogada das Ligas não relate nada a respeito das práticas de torturas realizadas contra ela, ainda assim podemos concluir tomando como base os estudos de Ferreira que ela deve ter sido vítima de torturas psicológica, uma vez que não houve torturas físicas. Para Jocekelly Henrique de Carvalho (2014) as torturas psicológicas sofridas por Ophélia se davam por meio de ameaças e insinuações de diversos tipos, cujos traumas podem ser facilmente identificados nos seus depoimentos, onde as pausas, a voz tremulas, o sentimentalismo presente nos seus discursos ao falar sobre sua prisão são traços marcante ocasiona por essas torturas psicológicas.

Trazer à tona esses fatos por intermédio das memórias de ex-combatentes de esquerda que sofreram com a repressão da ditadura é mexer muitas vezes com lembranças que fazem questão em permanecerem no passado, cujo esquecimento seja o único alívio capaz de amenizar as dores causadas pelo golpe militar.

Mas o ato de lembrar também significa não apagar a participação feminina na resistência contra A ditadura militar. Além disso, é uma maneira de dar voz essas mulheres que muito tempo estiveram silenciadas pela historiografia que trataram sobre essa temática. Para Ferreira (1996),

> "A exclusão dos relatos desses agentes sociais do processo de reconstrução da história dos 21 anos da Ditadura militar aponta claramente para a relação de poder que está sempre em jogo no curso da produção da memória e no da construção da história" (FERREIRA, 1996, p.15 apud OLIVEIRA).

Já na perspectiva Ana Colling (1997) a razão da ausência ou invisibilidade das mulheres nos discursos historiográfico é devido ao fato de:

> "Historicamente o feminismo é visto como subalterno e analisado fora da história, porque a sua presença, embora constatada muitas vezes, não é registrada, diluindo-se na homogeneidade do todo unitário, e não nas suas particularidades" (COLLING, 1997, p.94 apud OLIVEIRA).

Desta forma, a marginalização das militantes de esquerda nos registros historiográficos foi na verdade um reflexo da mentalidade da época referente ao gênero feminino. No qual o preconceito vinculado as mulheres poderiam ser enxergado de todos os lados, não só pelo exército mas também pela própria militância de esquerda.

Embora essas mulheres através de suas ações adentra-se no espaço público reservado aos homens, e sobretudo participarem de organizações de esquerda na condição de militante, ainda assim pesavam sobre os seus ombros a hierarquia de gênero. Isso explicaria o fato de não terem ocupado dentro no movimento esquerda cargos de destaque.

Para Carvalho (2014), o fato de Ophélia Amorim ter sido advogada das Ligas Camponesas na Paraíba e também atuar como palestrante ao discursar para os camponeses a respeito dos direitos trabalhistas e da reforma agrária faz dela uma exceção à regra, visto que ela ocupava cargos administrativos ou funções de relevância que eram reservados aos militantes do sexo masculino.

O preconceito dirigido as militantes pelos seus companheiros de luta, não eram pelo fato delas não serem competentes o suficiente para assumir uma função de grande responsabilidade, pois de acordo com Abreu (1997) a maioria das militantes de esquerda era composta por estudante universitária, professoras, ou tinha qualquer outro tipo de formação superior fazendo parte de uma classe média intelectualizada. Elas não ocupavam tais cargos devido sua condição feminina sendo assim subordinada aos militantes do sexo masculino. (ABREU, 1997 apud NASCIMENTO; TRINDADE; SANTOS, 2007, p.360).

Para serem aceitas pelos seus companheiros militantes muitas vezes essa mulheres negava sua própria sexualidade, conforme afirma Colling (1997):

> "As próprias mulheres militantes assumem a dominação masculina, tentando camuflar a sua sexualidade numa alegoria sem sexo – a militante política. Para se constituírem como sujeitos políticos, estas mulheres estabelecem identidade com o discurso masculino diluindo as relações de gênero na luta política mais geral. A condição de gênero está subsumida ao discurso da unificação dos sujeitos. Como espaço fundamentalmente masculino, impunha-se às mulheres a negação de sua sexualidade como condição para a conquista de um lugar de igualdade ao lado dos homens. As relações de gênero diluíam-se na luta política mais geral. As mulheres assexuavam-se numa tentativa se igualarem-se aos companheiros militantes" (COLLING, 1997, p.08 apud RIGONATI, 2014, p. 15-16)

As mulheres assexuadas citadas pela autora seriam aquelas que teriam adotado uma postura masculinizada não apenas nos seus gestos como também no seu corpo por meio da utilização de cabelo curto, descuido da aparência, uso de roupas masculina entre tanto outros aspectos presente no gênero masculino para obterem uma suposta igualdade de gênero.

Portanto naquele tempo ser uma militante de esquerda no país não era só lutar contra a ditadura civil-militar, mas também contra a discriminação presente em todos os lados a começar pelo próprio lado pelo qual estava a defender.

É por essa razão que os papéis desempenhados por Ophélia Amorim e Elizabeth Teixeira no campesinato paraibano ganham uma proporção maior se pensarmos naquela época o quanto foi difícil para elas em pleno nordeste onde os papéis de gênero são bem mais definidos ocuparem lugares de liderança nos movimentos de esquerda.

E por isso ambas sofreram com as consequência do golpe militar por fazerem parte das Ligas Camponesas na Paraíba – as duas foram presas e passaram por torturas psicológicas – no caso de Elizabeth quando foi solta se refugiou no Rio Grande do Norte assumido uma outra identidade foi obrigada a deixar para trás os seus filhos que acabou sendo distribuídos entre os seus familiares – lá no Rio Grande do Norte permaneceu durante 17 anos na clandestinidade sendo encontrada pelo o cineasta Eduardo Coutinho que produziu o

documentário “Cabra Marcado para Morrer” que contava a sua história e a história da Liga de Sapé.

Já no caso de Ophélia após a sua soltura, ela mudou-se juntamente com sua família de Campina Grande/ PB para o interior de São Paulo. Teve sua trajetória de vida entrelaçada com os movimentos sociais de esquerda especialmente com as Ligas Camponesas na Paraíba, ocupando funções importante no interior desse movimento. Além de ter transgredido quase todos os modelos comportamentais esperado por uma mulher numa sociedade patriarcal.

A historiografia brasileira que aborda essa temática sobre a ditadura militar no Brasil pouco falaram sobre a participação feminina nos movimentos de esquerda. E no caso de Ophélia menos ainda, já que ela só veio ganhar visibilidade através da criação da Comissão da Verdade órgão que tentar investigar o que realmente aconteceu durante o regime militar com os opositores desse sistema político cujas as mortes e desaparecimentos não foram bem esclarecidos pelos órgãos militares vigente na época e permanece sem resposta até os dias de hoje.

Ao relatarmos a história de Ophélia Amorim estamos abrindo espaço para que seu testemunho sobre a ditadura civil-militar seja (re)conhecida como parte de um grande quebra-cabeça onde cada peça tem sua importância e seu valor. E no caso de Ophélia ela se tornou umas das peças principais para se entender o que aconteceu com as Ligas Camponesa da Paraíba e quais os tratamentos que as mulheres de esquerda sofria numa sociedade patriarcal sobretudo após o golpe militar.

REFERÊNCIAS

AUED, Bernadete W. **A vitória dos vencidos.** Partido comunista – PCB e Ligas Camponesas (1955-640). Florianópolis: Universidade/ UFSC, 1986.

AZEVÊDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BANDEIRA, L. B.; MIELE, N. M.; GODOY, R. **Eu marcharei na tua luta**: a vida de Elizabeth Teixeira. João Pessoa: Universitária, 1997.

CARVALHO, Jocekelly Henrique de. **Ophélia Amorim**: memória, trauma e ditadura civil-milita**r**. Trabalho de conclusão de curso de História, 2014.

COLLING, Ana Maria. **A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasi**l. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

FERREIRA, E. F. X. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GARCIA JR, Afrânio Raul; PALMEIRA, Moacir. **Transformação agrária**. In SACHS, Ignacy, Pinheiro, Paulo Sérgio; WILHEIM, Jorge (Org). **Brasil**: um século de transformações. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **As Ligas Camponesas e os conflitos no campo**. João Pessoa: SAECULUM – Revista de História, jan/jun, p. 11-31, 2008

ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres versus ditadura, latifúndio e misoginia na Paraíba**. Estud sociol. Araraquara. V.20, nº 39, jul-dez. 2015, p. 309-324.

RIGONATI, Denise Truguilho. **Ditadura Militar no Brasil:** História, memória, trauma e gênero**.** XXII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP, Santo- 2014.

TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emilia; MENEZES, Marilda**. As ligas camponesas na Paraíba**: **um relato a partir da memória dos seus protagonistas**. Ruris. V. 5, nº 1, Março, 2011.

OLIVEIRA, Márcio Carlos de. **A participação da mulher nos movimentos políticos e sociais de esquerda contra ditadura militar no Brasil**: uma história pouco desenvolvida. Disponível: http://marciocarlosoliveira.blogspot.com.br/2011/10/participacao-politica-da-mulher-nos.html

XAVIER, Wilson José Felix. **As práticas educativas da Liga Camponesa de Sapé:** memórias de uma luta no interior da Paraíba (1958-1964). Dissertação na área da Educação na UFPB. João Pessoa, 2010.